



I- INTRODUÇÃO

Apresenta-se a análise económica e financeira das contas do Município de Vinhais do ano de 2017, incluindo-o no contexto dos últimos anos económicos.

Dando cumprimento ao estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro, que determina como competência material da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas a submeter à apreciação do órgão deliberativo, fazem parte deste documento, as peças que integram os documentos de Prestações de Contas do Município de Vinhais de 2017.

O POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e correspondentes alterações, menciona como documentos de prestação de contas das autarquias locais entre outras:

- Relatório de gestão;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexo às demonstrações financeiras;
- Demonstrações de resultados;
- Balanço;

Estes documentos constituem um importante instrumento de apoio à gestão municipal, pretendendo-se que os mesmos possam traduzir e verificar as informações, através de mapas e demais indicadores de análise apresentados, aquela que foi a atividade desenvolvida pelo Executivo, dentro das suas atribuições e competências, de uma forma rápida e simples.

Estes são fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, e devem transpor exatamente a execução orçamental, económica e patrimonial dos



documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que consubstanciam as bases para o desenvolvimento da atividade municipal.

Desta forma, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à aprovação do Executivo os **Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão** relativos ao ano financeiro de **2017**.

Nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo da referida Lei, os Documentos de Prestação de Contas, são avaliados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de abril, de acordo com o determinado no n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação.

II - RECURSOS HUMANOS

1. – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES

1.1 – POR RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO

No Município em 31 de Dezembro de 2017, o total de trabalhadores era de 171, cujo vínculo de emprego público reveste as modalidades de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a termo resolutivo certo. Dos trabalhadores com contrato a termo resolutivo certo, 4 são técnicos para o desenvolvimento e apoio das atividades de enriquecimento curricular.

Distribuição dos trabalhadores por modalidades de vínculo exercício de funções								
Modalidades de Vínculo	N.º de Trabalhadores							
	2014		2015		2016		2017	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
CTFPTI	168	96,55%	159	95,78%	152	96,82%	165	96,49%
CTFPTRC	6	3,45%	7	4,22%	5	3,18%	6	3,51%
Total	174	100,00%	166	100,00%	157	100,00%	171	100,00%
CTFPTI - Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado								
CTFPTR - Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo								

Quadro 1 – Distribuição dos Trabalhadores por Modalidades de Vínculo Exercício de Funções Públicas

1.2 – POR CARREIRAS/CATEGORIAS

A distribuição dos trabalhadores municipais pelas respetivas carreiras /categorias nas modalidades de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, a termo resolutivo certo e em comissão de serviço distribuídas por género pode ser visualizada no quadro seguinte:



Distribuição dos trabalhadores por Carreiras/Categorias segundo a modalidade de vínculo e género e a 31/12/2017						
Carreiras/Categorias	Modalidades de Vínculo Exercício Funções Públicas					
	CTFPPI		CTFPTRC		Comissão de Serviço	
	H	M	H	M	H	M
Dirigente Intermédio						
Técnico Superior	12	10			1	
Assistente Técnico	8	20	1	1		
Assistente Operacional	92	16				
Informática	2					
Outros	3 a)		3 b)	1 b)		1 c)
Total	117	46	4	2	1	1
Total Geral						171
a) Fiscais Municipais e Fiscal de Leitura						
b) Professores AEC'S						
c) A desempenhar funções no Gabinete de Apoio à Presidência						

Quadro 2 – Distribuição dos Trabalhadores por carreiras segundo modalidade de vínculo e género

2 – ENCARGOS COM PESSOAL

Os encargos com pessoal totalizaram em 2017 o montante de 3.308.685,86 €, cuja relação se pode constatar no mapa a seguir, apresentando um acréscimo relativamente ao ano anterior de 89.007,48€. Este aumento em relação ao ano anterior fundamenta-se pela atualização da remuneração mínima garantida e pela extinção da redução remuneratória progressiva ao longo do ano de 2016.

Apesar do aumento das despesas com pessoal verificado neste ano, o mesmo não colocou em causa as regras de equilíbrio orçamental, bem como os limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, previstas na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e suas ulteriores alterações.



Descrição	Despesas com Pessoal				Variação Face a 2016	
	2014	2015	2016	2017	€	%
Titulares dos órgãos de soberania e membros autárquicos	144.485,67	144.903,49	149.169,14	127.834,82	-21.334,32	-14,30%
Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	1.578.420,12	1.524.951,63	1.461.196,46	1.547.947,81	86.751,35	5,94%
Pessoal contratado a termo	30.400,18	28.183,05	23.016,69	26.485,51	3.468,82	15,07%
Pessoal em qualquer outra situação	195.870,75	157.493,89	155.860,71	97.253,51	-58.607,20	-37,60%
Pessoal em regime de tarefa e avença	61.122,32	116.124,00	215.443,32	278.134,47	62.691,15	29,10%
Representação	27.375,96	27.560,40	28.443,09	26.545,88	-1.897,21	-6,67%
Susídio de refeição	202.229,30	191.826,58	149.266,39	164.135,30	14.868,91	9,96%
Subsídio de férias/ natal	304.345,48	294.442,79	287.442,43	285.099,51	-2.342,92	-0,82%
Abonos Variáveis ou eventuais	48.030,83	47.404,30	46.644,34	72.630,89	25.986,55	55,71%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	38.072,84	28.226,88	18.613,26	14.607,12	-4.006,14	-21,52%
Pessoal aguardando aposentação	3.149,74	2.395,84	1.945,74	683,33	-1.262,41	-64,88%
Segurança Social	715.004,51	683.485,02	657.598,97	643.562,95	-14.036,02	-2,13%
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	32.942,64	32.973,90	25.037,84	23.764,76	-1.273,08	-5,08%
Total	3.381.450,34	3.279.971,77	3.219.678,38	3.308.685,86	89.007,48	-37,23%

Quadro 3 – Despesas com pessoal

3 – FORMAÇÃO

Durante o ano de 2017 foi proporcionada aos trabalhadores municipais a participação em ações de formação profissional, adequadas à sua qualificação, nas diversas áreas, organizadas por entidades externas ao Município, designadamente pelo IGAP – Instituto de Gestão e Administração Pública, pelo Centro de Formação em Proteção de Dados, pelo ISEP – Instituto de Engenharia, pela Quadros&Metas, pela Medidata. e outras entidades acreditadas, conforme enumeração constante do quadro seguinte:



Ação de Formação	Área	Entidade Formadora	Carga Horária (Horas)	N.º Efetivos
Acesso ao Exercício de Diversas Atividades de Comércio e Restauração	Indústria	IGAP	14	1
Proteção de Dados	Administrativa	Centro de Formação em	7	2
Metrologia Aplicada e Qualidade	Metrologia	ISEP - Instituto de Engenharia	35	1
Formação HIIT	Piscinas	BWIZER	16	1
Serviço Social	Serviço Social		14	1
Serviço Social	Serviço Social	Escola Superior de Educação	6	2
Autárquicas 2017	Processo Eleitoral	IGAP	7	1
Contratação Pública	Código-CCP	IGAP	14	4
Contabilidade	SNC-AP	IGAP	14	3
Contratação Pública	Código -CCP	Quadros&Metas	14	2
Património	Património/gestã o Museológica	Museu Abade Baçal	5	2
Contabilidade	SNC-AP	MEDIDATA	14	3
Total			160	23

Quadro 4 – Formação

III – EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

1-PREVISÃO E EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

Neste capítulo pretende-se proceder a uma breve síntese dos elementos relativos à execução orçamental e patrimonial de 2017, nomeadamente no que se refere ao comportamento e evolução do último quadriénio.

1.1 – RECEITA

O total geral da receita alcançada pelo Município traduz-se no montante de 12.958.152,57€, representando 64,67% da execução global relativamente à previsão, que incluindo o saldo da gerência anterior no valor de 1.595.565,10€,



totaliza 14.553.717,67€. As receitas correntes atingiram o montante de 10.325.168,79€ a que corresponde 95,96% da sua previsão, enquanto as receitas de capital atingiram o montante de 2.632.064,74€, correspondendo a cerca de 34,27% do seu valor inicialmente previsto. A reduzida execução das receitas de capital deve-se ao facto de não ter sido recebida a importância de cerca de 4,1 milhões de euros, no âmbito quadro comunitário de apoio, Portugal 2020, que aquando da elaboração dos documentos previsionais se perspectivava a disponibilização desses fundos, o que na realidade não veio a acontecer.

O Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Fundo Social Municipal e a Participação Variável no IRS foram as principais fontes de financiamento da Gerência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Descrição	Previsão	Execução	Desvio (Euros)	% Execução
Receitas Correntes	10.759.736,00	10.325.168,79	-434.567,21	95,96%
Receitas de Capital	7.681.390,00	2.632.064,74	-5.049.325,26	34,27%
Outras Receitas	500	919,04	419,04	183,81%
Saldo da Gerência anterior	1.595.565,10			
Total	20.037.191,10	12.958.152,57	-5.483.473,43	64,67%

Quadro 5 - Receita

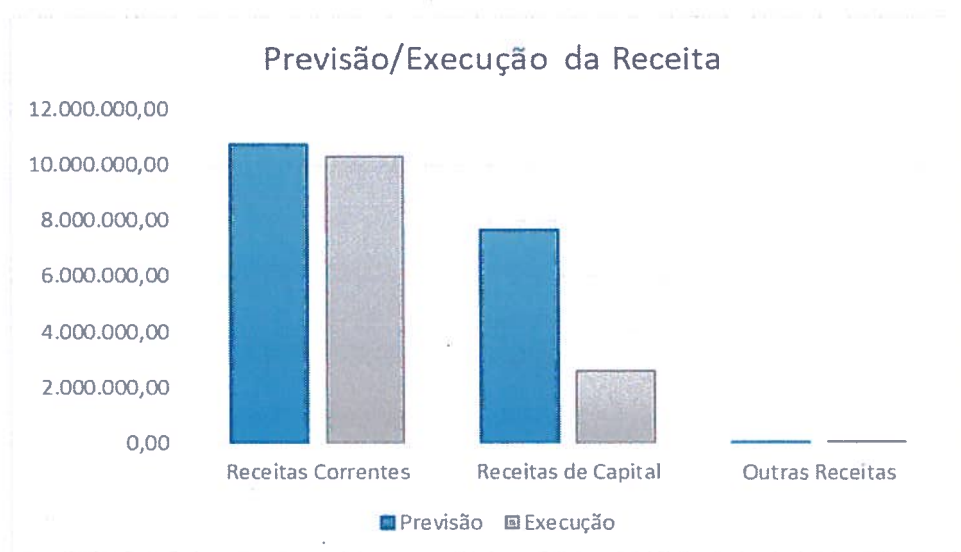


Gráfico 1 – Previsão/Execução da Receita

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and another on the right.

1.1.1-RECEITA CORRENTE

No âmbito das receitas correntes, são as transferências correntes que detêm maior peso, com cerca de 82,38% (8.505.570,81€) do total das mesmas, seguindo-se a receita proveniente dos impostos diretos com 6,27% (647.530,82€), da venda de bens e serviços correntes com 5,61% (578.732,43€), dos rendimentos de propriedade com 3,94€ (406.504,11€), de outras receitas correntes e a que resulta de taxas, multas e outras penalidades.

Receitas Correntes		Previsão	Execução	Desvio (Euros)	Desvio em %
01	Impostos Diretos	639.244,00	647.530,82	8.286,82	1%
02	Impostos indiretos	16.280,00	15.265,20	-1.014,80	-6%
04	Taxas Multas e Outras Penalidades	73.839,00	87.308,01	13.469,01	18%
05	Rendimentos de Propriedade	808.568,00	406.504,11	-402.063,89	-50%
06	Transferencias Correntes	8.577.330,00	8.505.570,81	-71.759,19	-1%
07	Venda de bens e serviços correntes	573.290,00	578.732,43	5.442,43	1%
08	Outras receitas correntes	71.185,00	84.257,41	13.072,41	18%
Total		10.759.736,00	10.325.168,79	-434.567,21	-4%

Quadro 6 – Resumo das Receitas Correntes

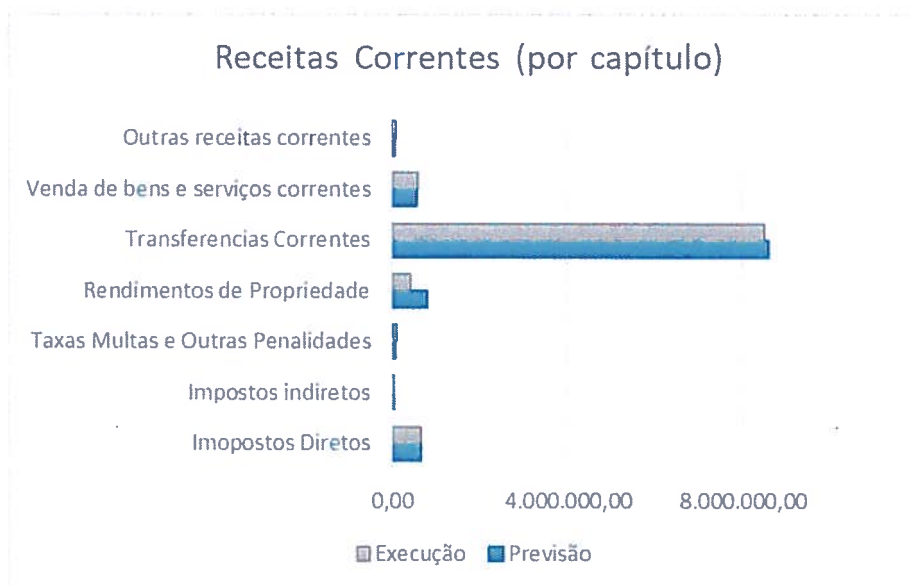


Gráfico 2 – Receitas Correntes (Por Capítulo)



Sendo o FEF Corrente que mais contribuí para o peso das Receitas Correntes podemos verificar a sua evolução no quadro seguinte:

ANOS	2014	2015	2016	2017
FEF Corrente	7.364.828,00	7.686.132,00	7.791.475,00	8.038.443,00

Quadro 7 – Evolução do FEF Corrente

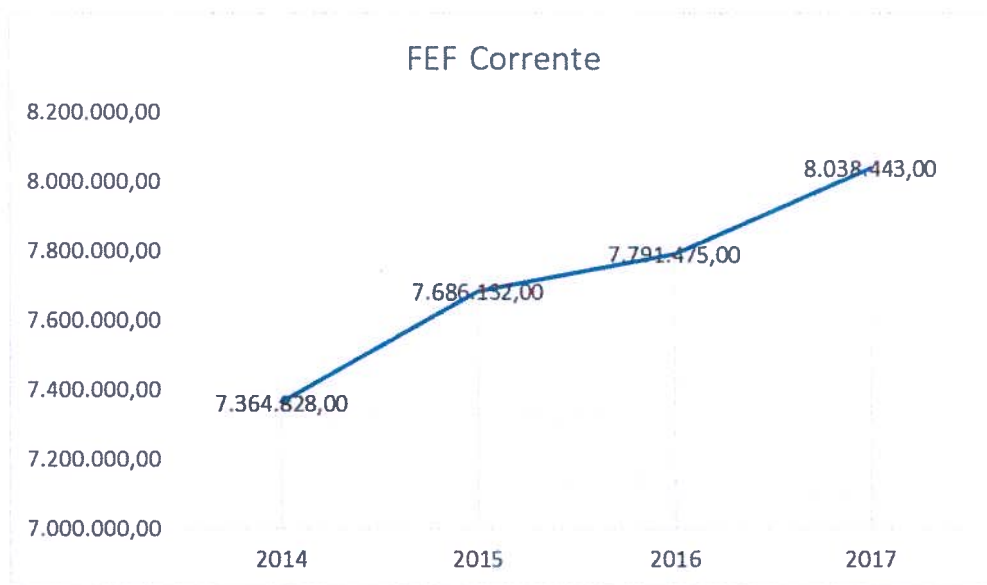


Gráfico 3 – FEF Corrente

1.1.2-RECEITA DE CAPITAL

No que diz respeito à estrutura das receitas de capital, 897.132,67€ correspondem a transferências de capital, representando cerca de 34,08% do total das mesmas. Destas 893.160,00€ provêm do Fundo de Equilíbrio Financeiro e 3.972,67€ respeita à comparticipação comunitária em projetos cofinanciados.

No que se refere à receita de “venda de bens de investimento” assume o valor de 27.881,70€.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and another on the right.



Receitas de Capital		Previsão	Execução	Desvio (Euros)	Desvio em %
09	Venda de bens de investimento	39.183,00	27.881,70	-11.301,30	-29%
10	Transferências de capital	5.217.832,00	897.132,67	-4.320.699,33	-83%
11	Ativos Financeiros	64.400,00		-64.400,00	-100%
12	Passivos Financeiros	2.359.475,00	1.650.816,02	-708.658,98	-30%
13	Outras receitas de capital	500,00	56.234,35	55.734,35	11147%
Total		7.681.390,00	2.632.064,74	-5.049.325,26	-66%

Quadro 8 – Resumo das Receitas de Capital

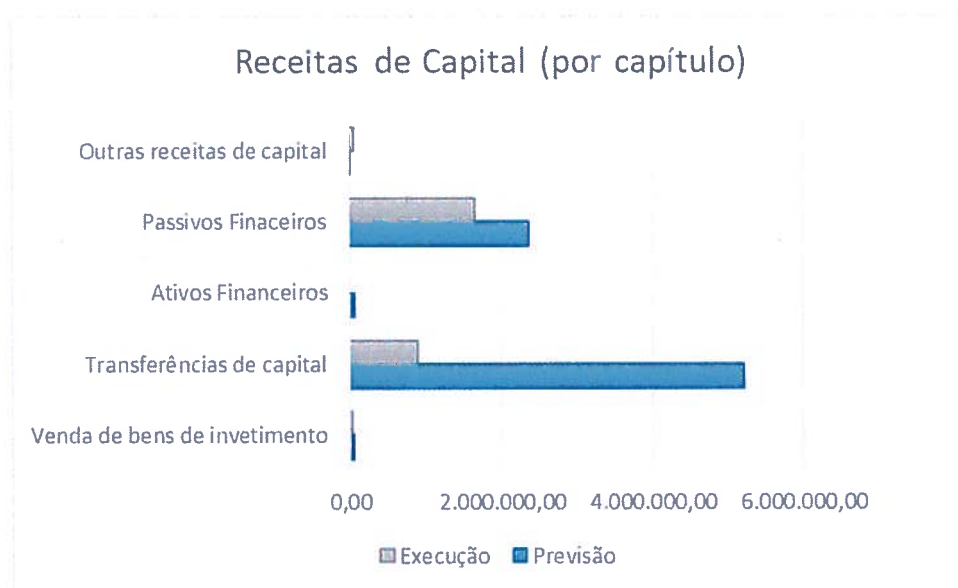


Gráfico 4 – Receitas de Capital (Por Capítulo)

1.2-DESPESA

O total geral da despesa paga pelo Município apresenta o montante de 13.974.820,15 €, dos quais 8.756.056,05€ são despesas correntes e 5.218.764,10€ são despesas de capital.

A taxa de execução da despesa total no ano de 2017 foi de cerca de 69,74%, sendo que 86,33% corresponde à execução de despesas correntes e 52,74% à execução de despesas de capital, relativamente à previsão das mesmas.



Descrição	Previsão	Execução	Desvio (Euros)	% Execução
Despesas Correntes	10.142.621,00	8.756.056,05	-1.386.564,95	86,33%
Despesas de Capital	9.894.570,10	5.218.764,10	-4.675.806,00	52,74%
Total	20.037.191,10	13.974.820,15	-6.062.370,95	69,74%

Quadro 9 - Despesa

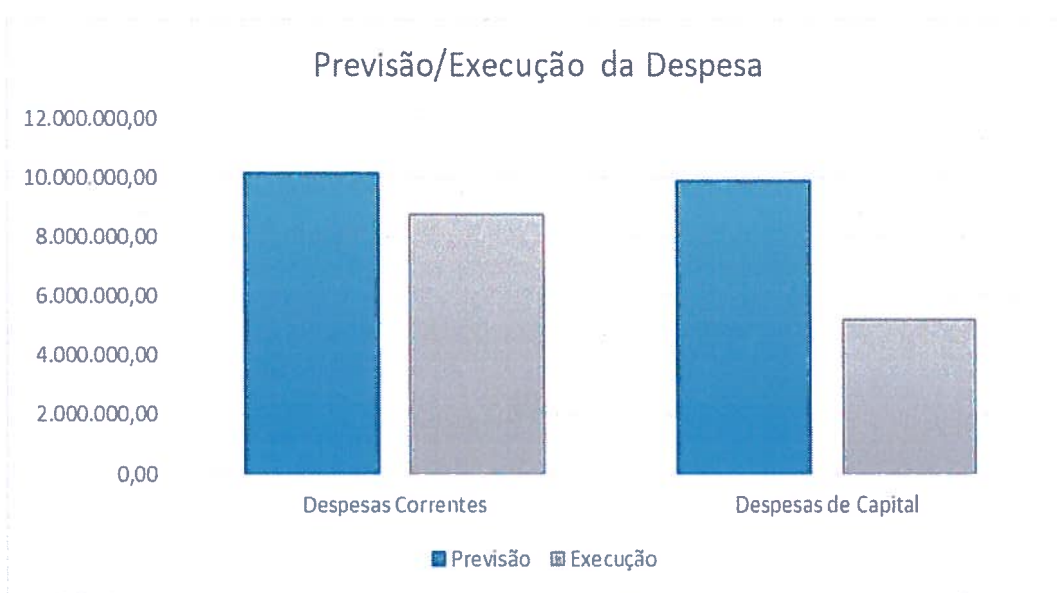


Gráfico 5 – Previsão/Execução da Despesa

1.2.1- DESPESA CORRENTE

A estrutura das despesas correntes tem como despesas mais relevantes a aquisição de bens e serviços, sendo a que maior peso detém com 39,93% do total das mesmas (3.496.476,03€), seguindo-se as despesas com pessoal com 37,97% (3.325.061,06€) e as despesas com transferências correntes com 17,87% (1.564.543,16€).

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large signature on the left and another on the right with the name 'J. Quaresma' and the number '114'.



Despesas Correntes		Previsão	Execução	Desvio (Euros)	Desvio em %
01	Despesas com Pessoal	3.513.162,00	3.325.061,06	-188.100,94	-5%
02	Aquisição de bens e serviços	4.457.420,00	3.496.476,03	-960.943,97	-22%
03	Juros e outros encargos	85.307,00	51.892,99	-33.414,01	-39%
04	Transferências Correntes	1.699.232,00	1.564.543,16	-134.688,84	-8%
05	Subsídios	305.500,00	282.668,59	-22.831,41	-7%
06	Outras despesas correntes	82.000,00	35.414,22	-46.585,78	-57%
Total		10.142.621,00	8.756.056,05	-1.386.564,95	-14%

Quadro 10 – Resumo das Despesas de Correntes

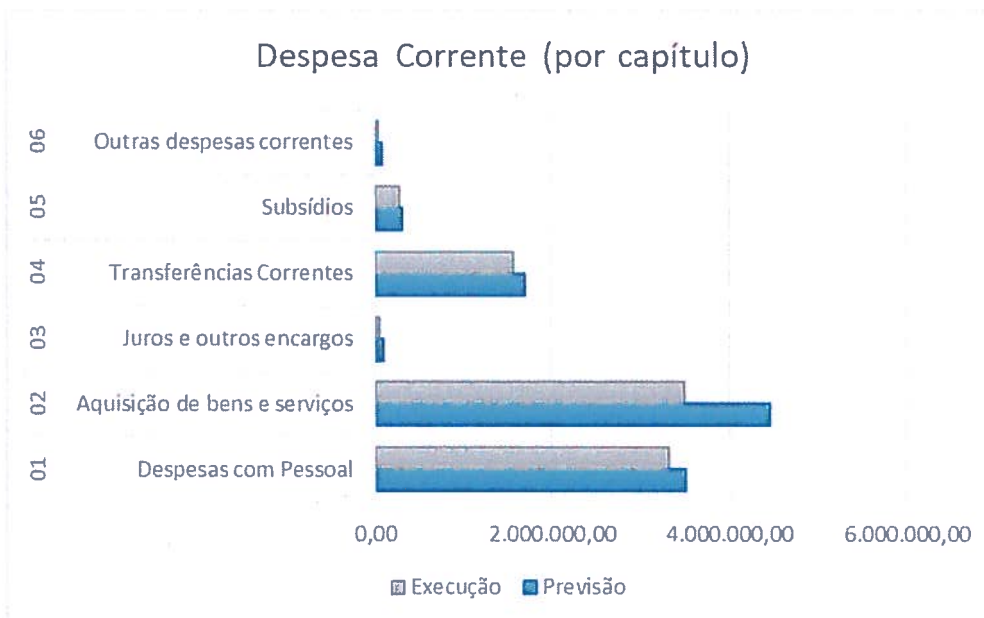


Gráfico 6 – Despesas de Correntes (Por Capítulo)

1.2.2-DESPESA DE CAPITAL

Para a estrutura das despesas de capital, 3.804.619,98€ correspondem a aquisição de bens de capital (72,90% do total das mesmas), 971.943,17 € (18,62%) a transferências de capital para as Freguesias e Instituições sem fins lucrativos, 219.943,60€ (4,21%) correspondem a passivos financeiros,



118.426,10€ (2,27%) correspondem a ativos financeiros e 103.831,25€ (1,99%) a outras despesas de capital.

	Despesas de Capital	Previsão	Execução	Desvio (Euros)	Desvio em %
07	Aquisição de bens de capital	8.151.463,00	3.804.619,98	-4.346.843,02	-53%
08	Transferências de capital	1.278.142,10	971.943,17	-306.198,93	-24%
09	Ativos financeiros	127.494,00	118.426,10	-9.067,90	-7%
10	Passivos financeiros	222.471,00	219.943,60	-2.527,40	-1%
11	Outras despesas de capital	115.000,00	103.831,25	-11.168,75	-10%
	Total	9.894.570,10	5.218.764,10	-4.675.806,00	-47%

Quadro 11 – Resumo da Despesa de Capital

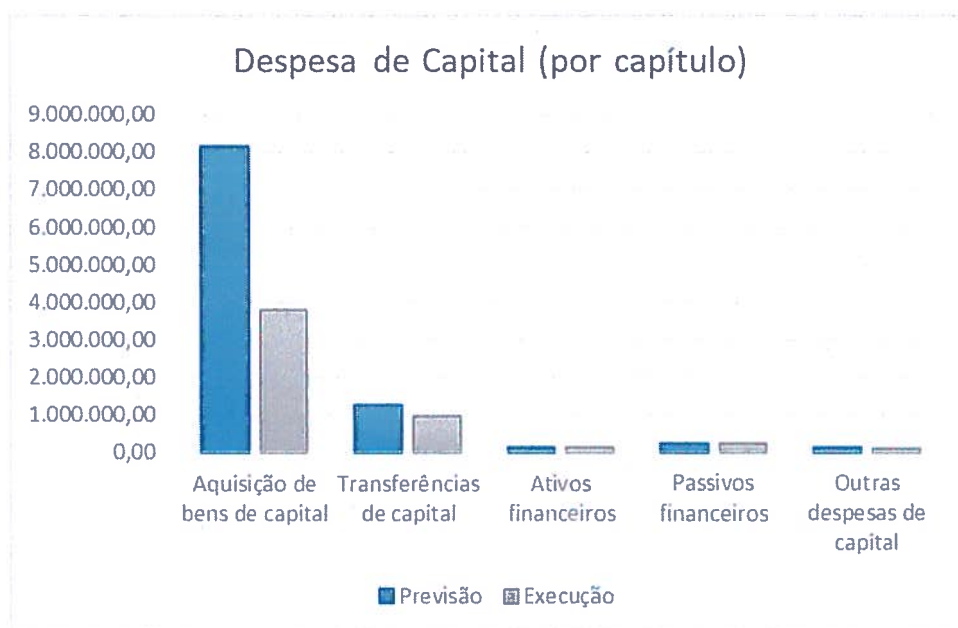


Gráfico 7 – Despesa de Capital (Por Capítulo)

[Handwritten signatures and marks]

[Handwritten signature]
13
115



2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

2.1 – RECEITA

A receita global bruta no ano de 2017 atingiu o montante de 12.958.152,57€, havendo um acréscimo (1.619.454,82€) em relação ao ano anterior, sendo que as receitas correntes tiveram um acréscimo de 201.373,00€ e as receitas de capital tiveram um aumento 1.446.051,29€).

Evolução da Receita (2014-2017)				
Descrição	Anos			
	2014	2015	2016	2017
Receitas correntes	9.620.669,66	10.024.323,62	10.123.795,79	10.325.168,79
Receitas de capital	1.563.931,83	2.472.434,16	1.186.013,45	2.632.064,74
Outras Receitas	328,90	14.784,05	28.888,51	919,04
Total	11.184.930,39	12.511.541,83	11.338.697,75	12.958.152,57

Quadro 12 – Resumo da Evolução da Receita

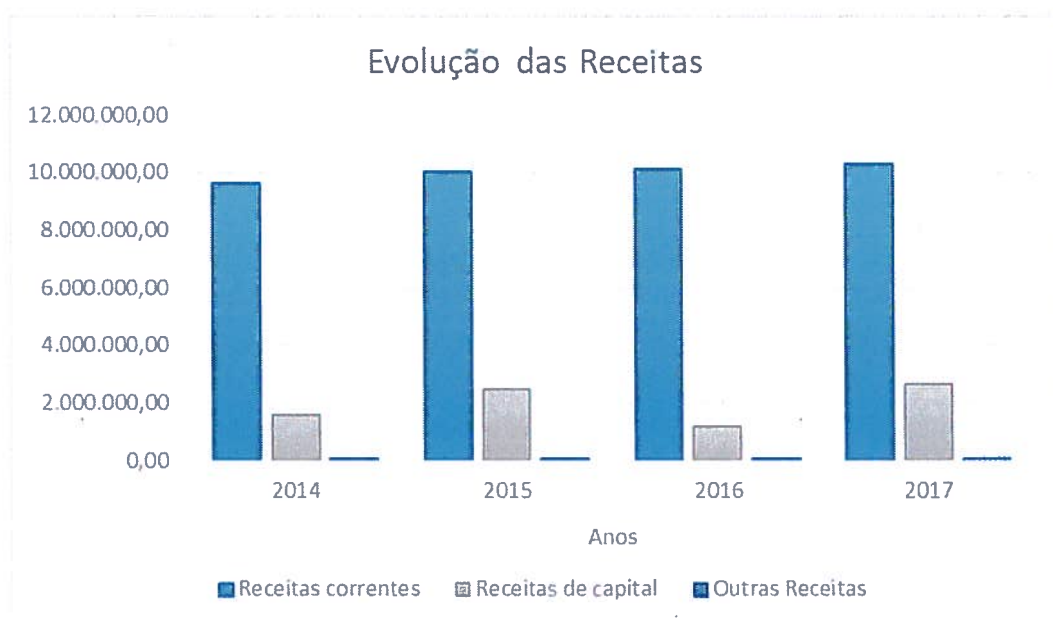
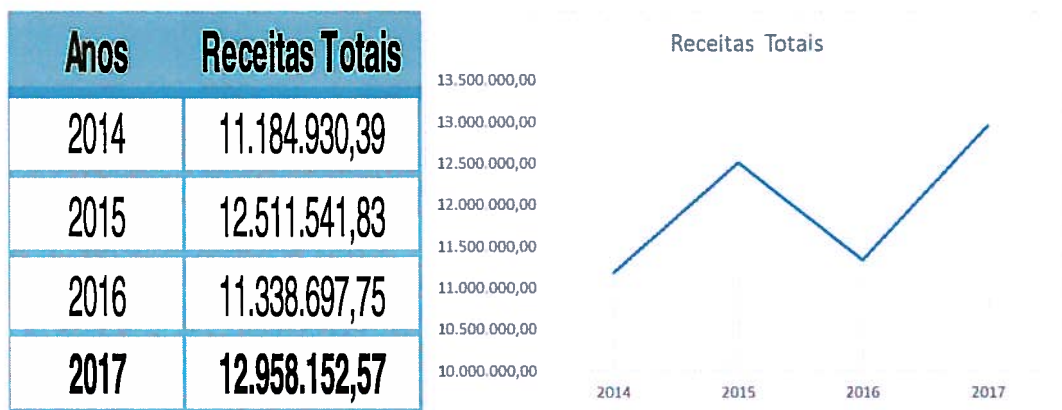


Gráfico 8 – Evolução das Receitas



A evolução das receitas totais do ano de 2017 comparativamente aos anos anteriores, pode ser visualizada no quadro seguinte:



Quadro 13 – Evolução da Receita Total

2.2 – DESPESA

O valor global da despesa, no ano de 2017 atingiu o montante de 13.974.820,15€. Consta-se a existência de um aumento da despesa total relativamente ao ano anterior no montante de cerca 3 milhões e 495 mil euros.

Evolução da Despesa (2014-2017)				
Descrição	Anos			
	2014	2015	2016	2017
Despesas correntes	8.344.904,19	8.405.978,44	8.422.898,25	8.756.056,05
Despesas de capital	2.845.030,56	3.714.636,22	2.056.550,75	5.218.764,10
Total	11.189.934,75	12.120.614,66	10.479.449,00	13.974.820,15

Quadro 14 – Resumo da Evolução da Despesa

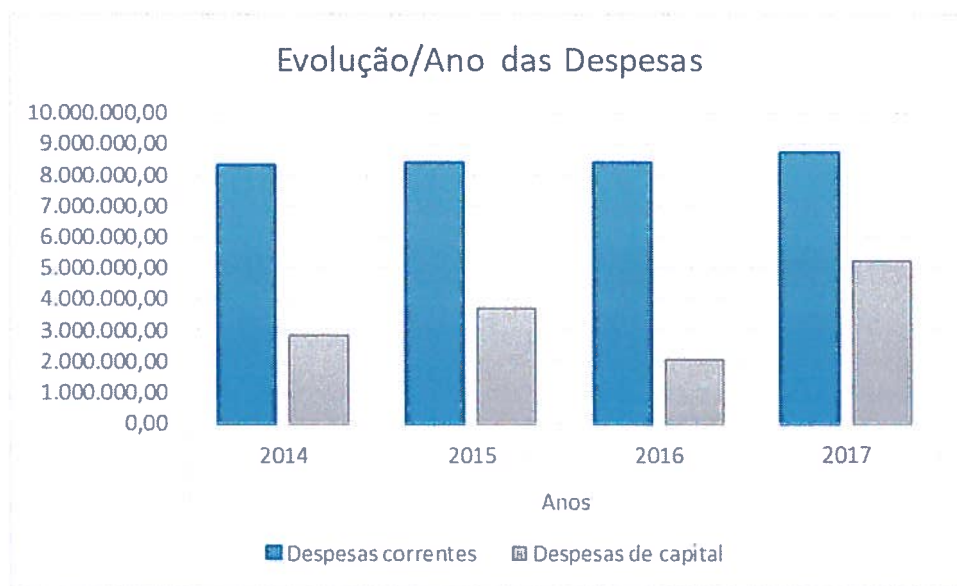
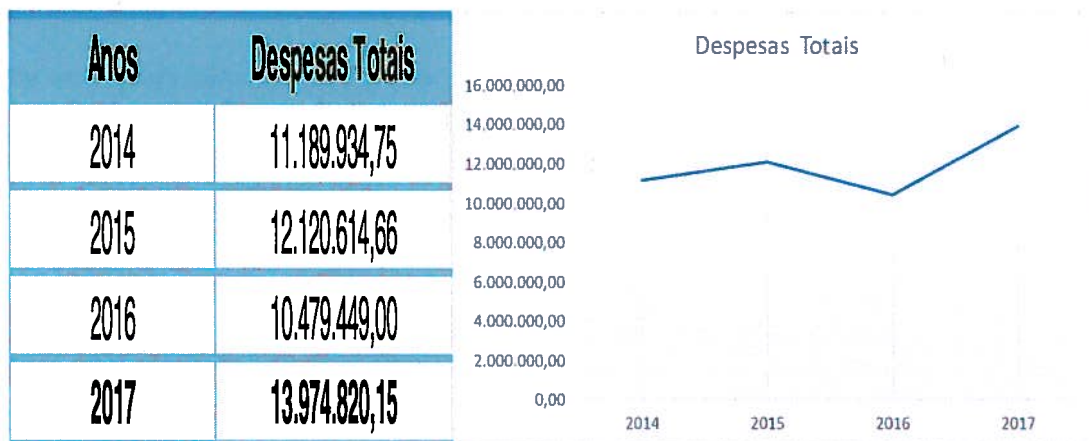


Gráfico 9 – Evolução das Despesas

A evolução das despesas totais do ano de 2017 comparativamente aos anos anteriores, pode ser visualizada no quadro seguinte:



Quadro 15 – Evolução das Despesas Totais



3-RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E AS DESPESAS

Os gráficos e os quadros seguintes da execução da receita e da despesa mostram a relação entre umas e outras. Constatou-se da análise do gráfico que a despesa total em 2017, foi superior à receita total, excluindo o saldo da gerência do ano anterior, em 1.595.565,10€.

Relação entre a Receita e a Despesa				
	2014	2015	2016	2017
Receita	11.184.930,39	12.511.541,83	11.338.697,75	12.958.152,57
Despesa	11.189.934,75	12.120.614,66	10.479.449,00	13.974.820,15

Quadro 16 – Relação entre o total da Receita e da Despesa

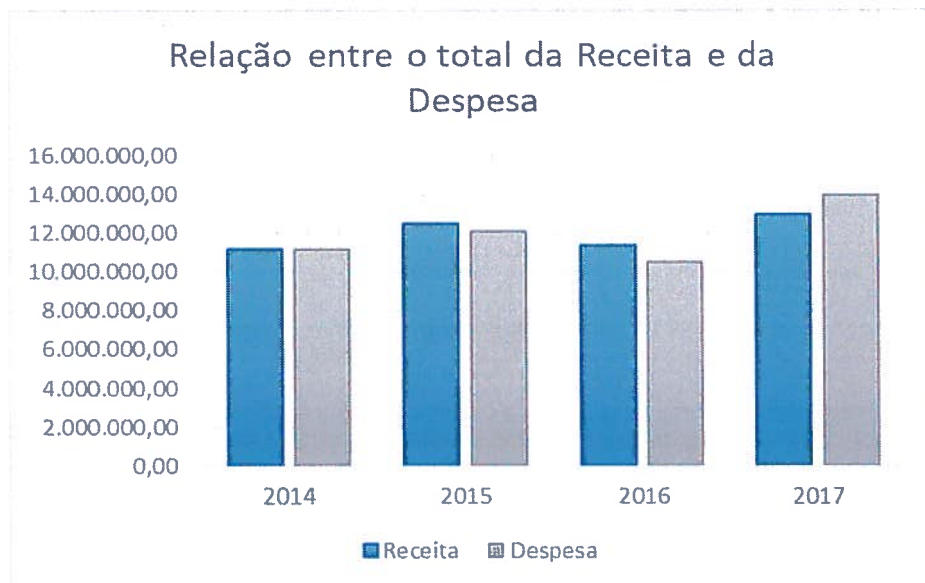


Gráfico 10 - Relação entre o total da Receita e da Despesa

No ano de 2017, tal como nos anos anteriores, as receitas correntes são superiores às despesas correntes. As receitas de capital tiveram um acréscimo em relação ao ano anterior em cerca de 1 milhão 446 mil euros.

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]



Evolução das Receitas e as Despesas Correntes				
Descrição	Anos			
	2014	2015	2016	2017
Receitas correntes	9.620.669,66	10.024.323,62	10.123.795,79	10.325.168,79
Despesas correntes	8.344.904,19	8.405.978,44	8.422.898,25	8.756.056,05

Quadro 17 – Relação das Receitas e Despesas Correntes

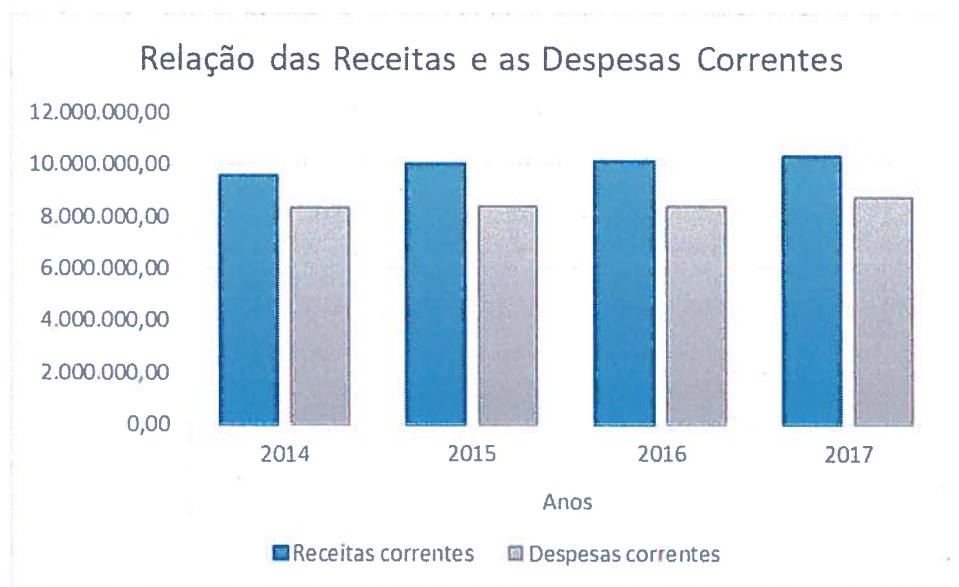


Gráfico 11 -Relação das Receitas e Despesas Correntes

Evolução das Receitas e as Despesas de Capital				
Descrição	Anos			
	2014	2015	2016	2017
Receitas de capital	1.563.931,83	2.472.434,16	1.186.013,45	2.632.064,74
Despesas de capital	2.845.030,56	3.714.636,22	2.056.550,75	5.218.764,10

Quadro 18 – Relação das Receitas e Despesas de Capital

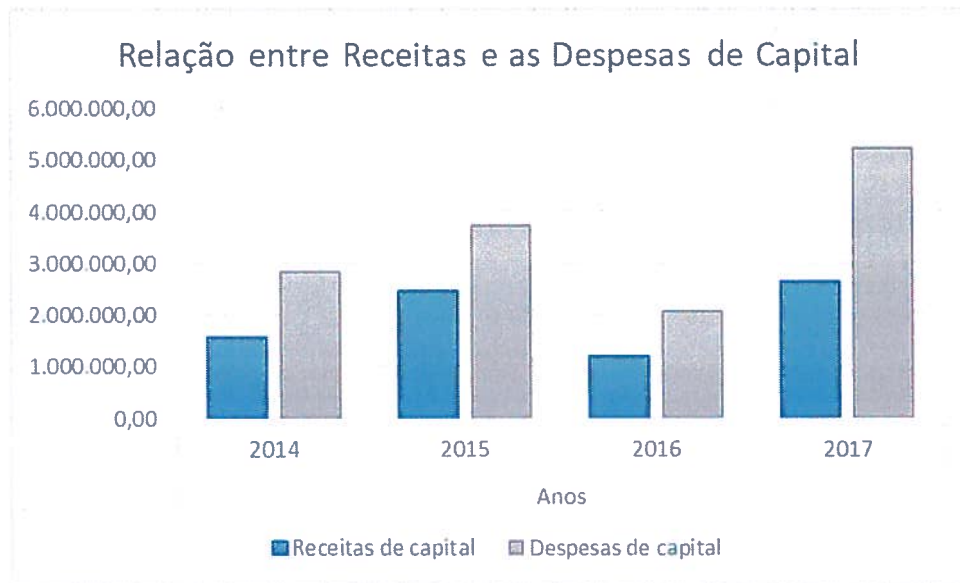


Gráfico 12 - Relação das Receitas e Despesas de Capital

3.1 -EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

Em termos de equilíbrio orçamental conforme determina o n.º 2 do artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual a despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

O quadro seguinte demonstra o cálculo dos encargos médios com amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, que são para o exercício de 2017 213.882,87€.

Empréstimos	Capital em dívida a 31 de Dezembro de 2013	Vida útil remanescente	Amortizações Médias
CGD - Habitação	212.781,26 €	7	30.397,32 €
CGD - Intempéries	50.011,18 €	6	8.335,20 €
CA - Investimento	1.576.353,14 €	9	175.150,35 €
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES MÉDIAS			213.882,87 €

Quadro 19 – Mapa de amortizações médias

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O seguinte quadro avalia o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental em que o Município cumpre e supera em 1.355.229,87€.

Receita Corrente Bruta	10.325.168,79
Despesas Correntes	-8.756.056,05
Amortizações Médias Empréstimos Médio e Longo Prazo	-213.882,87
Total	1.355.229,87

Quadro 20 – Equilíbrio Orçamental

4 – DÍVIDA DO MUNICÍPIO

4.1 – EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS A CURTO E A MÉDIO E LONGO PRAZOS

O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2017 era de € 2.964.148,48 assim distribuída:

Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Empréstimos	€ 2.445.598,62	€ 2.115.145,58	€ 1.780.890,50	€ 1.442.761,54	1.238.673,54	€ 2.682.344,32
Empreiteiros	€ 387.200,55	€ 95.156,82	€ 97.369,29	€ 53.689,70	19.002,74	€ 148.080,41
Fornecedores	€ 183.533,17	€ 503.694,09	€ 422.440,41	€ 92.014,25	65.743,43	€ 133.725,75
TOTAL	€ 3.016.332,34	€ 2.713.996,49	€ 2.300.700,20	€ 1.588.465,49	1.323.419,71	€ 2.964.148,48

Quadro 21 - Evolução do endividamento

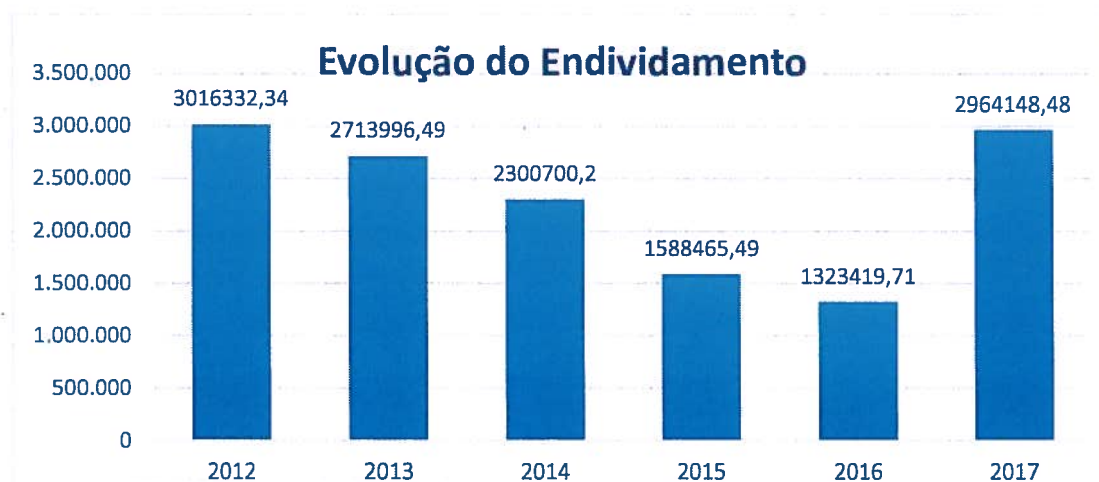


Gráfico 13 – Evolução do endividamento



Na gerência, verificou-se um aumento de € 1.640.728,77, relativamente ao endividamento da gerência anterior devendo-se e à contratação de um novo empréstimo bancário de médio e longo prazo.

O limite da dívida total, nos termos do n.º 1, do artigo 52.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro é de € 14.880.385,78 existindo assim o diferencial positivo de € 11.915.976,00.

5- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

O **Plano Plurianual de Investimentos**, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objetivos da autarquia local e explicita a respetiva previsão de despesa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas – “**Execução do Plano Plurianual de Investimentos**”, apresentando a sua execução, destacando o nível de execução financeira anual e global.

O nível de execução financeira (em termos de pagamentos efetuados) do PPI, no exercício económico em causa é de 57,37%.



Resumo da Execução do Plano Plurianual de Investimentos			Ano: 2017	
Classificação Funcional		Montante Previsto	Montante Executado	% Exec. Rit. Anual
1.	FUNCAO GERAIS	1.056.277,00 €	713.591,11 €	67,56%
1.1.	SERVICOS GERAIS DE ADMINISTRACAO PUBLICA	1.056.277,00 €	713.591,11 €	67,56%
1.1.1.	ADMINISTRACAO GERAL	1.056.277,00 €	713.591,11 €	67,56%
1.1.1.1.	INSTALACAO DE SERVICOS MUNICIPAIS	834.783,00 €	519.454,89 €	62,23%
1.1.1.2.	INFORMATIZACAO DE SERVICOS MUNICIPAIS	25.000,00 €	16.515,61 €	66,06%
1.1.1.3.	MATERIAL DE TRANSPORTE	100.000,00 €	81.126,61 €	81,13%
1.1.1.4.	UNIDADES DE PARTICIPACAO/SOC. E QUASE SOC. NAO	96.494,00 €	96.494,00 €	100,00%
2.	FUNCOES SOCAIS	5.254.740,00 €	2.120.736,02 €	40,36%
2.1.	EDUCACAO	2.599.602,00 €	495.318,10 €	19,05%
2.1.1.	ENSINO NAO SUPERIOR	2.589.602,00 €	494.783,12 €	19,11%
2.1.1.1.	EDUCACAO PRE-ESCOLAR	11.000,00 €	4,55 €	0,04%
2.1.1.2.	ENSINO BASICO	2.578.602,00 €	494.778,57 €	19,19%
2.1.2.	SERVICOS AUXILIARES DE ENSINO	10.000,00 €	534,98 €	5,35%
2.1.2.1.	ACCAO SOCIAL - ENSINO PRE-ESCOLAR	10.000,00 €	534,98 €	5,35%
2.4.	HABITACAO E SERVICOS COLECTIVOS	2.494.138,00 €	1.596.923,80 €	64,03%
2.4.1.	HABITACAO	47.000,00 €	12.400,00 €	26,38%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITORIO	20.000,00 €	- €	0,00%
2.4.2.1.	PLANEAMENTO URBANISTICO	20.000,00 €	- €	0,00%
2.4.3.	SANEAMENTO	692.000,00 €	586.880,78 €	84,81%
2.4.3.1.	REDE DE ESGOTOS	692.000,00 €	586.880,78 €	84,81%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE AGUA	1.226.120,00 €	864.497,51 €	70,51%
2.4.6.	PROTECCAO MEIO AMBIENTE E CONSERVACAO DA NATUREZA	509.018,00 €	133.145,51 €	26,16%
2.4.6.1.	HIGIENE PUBLICA	86.783,00 €	3.885,01 €	4,48%
2.4.6.2.	CEMITERIOS	148.860,00 €	10.490,43 €	7,05%
2.4.6.4.	PARQUES E JARDINS	273.375,00 €	118.770,07 €	43,45%
2.5.	SERVICOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	161.000,00 €	28.494,12 €	17,70%
2.5.1.	CULTURA	20.000,00 €	1.066,54 €	5,33%
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	141.000,00 €	27.427,58 €	19,45%
3.	FUNCOES ECONOMICAS	5.089.845,00 €	3.626.416,72 €	71,25%
3.1.	AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA, CACA E PESCA	334.500,00 €	209.461,50 €	62,62%
3.1.1.	PROTECCAO CIVIL - BOMEIROS	10.000,00 €	- €	0,00%
3.1.2.	CAMINHOS RURAIS E AGRICOLAS	312.000,00 €	209.461,50 €	67,14%
3.1.3.	CACA E PESCA	12.500,00 €	- €	0,00%
3.2.	INDUSTRIA E ENERGIA	625.315,00 €	455.779,13 €	72,89%
3.2.1.	ILUMINACAO PUBLICA	580.315,00 €	455.779,13 €	78,54%
3.2.2.	INDUSTRIA	45.000,00 €	- €	0,00%
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICACOES	3.745.130,00 €	2.661.167,83 €	71,06%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIARIOS	3.745.130,00 €	2.661.167,83 €	71,06%
3.3.1.1.	URBANIZACAO	1.693.845,00 €	1.272.032,43 €	75,10%
3.3.1.2.	REDE VIARIA E SINALIZACAO	2.033.785,00 €	1.389.135,40 €	68,30%
3.3.1.3.	TRANSPORTES	12.500,00 €	- €	0,00%
3.3.1.4.	ESTACIONAMENTO	5.000,00 €	- €	0,00%
3.4.	COMERCIO E TURISMO	384.900,00 €	300.008,26 €	77,94%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	17.500,00 €	12.158,69 €	69,48%
3.4.2.	TURISMO	367.400,00 €	287.849,57 €	78,35%
4.	OUTRAS FUNCOES	244.963,00 €	220.070,38 €	89,84%
4.1.	OPERACOES DA DIVIDA AUTARQUICA	244.963,00 €	220.070,38 €	89,84%
4.1.0.	OPERACOES DA DIVIDA AUTARQUICA	244.963,00 €	220.070,38 €	89,84%
TOTAL GERAL :		11.645.825,00 €	6.680.814,23 €	57,37%

Quadro 22 – Resumo da Execução do Plano Plurianual de Investimentos

1 – FUNÇÕES GERAIS

1.1 – SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.1.1 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

1.1.1.1 – INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Nestas funções salientamos a continuidade de obras de beneficiação designadamente:



- Edifício dos Paços do Concelho;
- Edifício onde funcionam os Armazéns;
- Centro Cultural;
- Beneficiação de edifícios municipais;
- Beneficiação da Praça do Município;

Salientamos ainda a aquisição de:

- Diverso equipamento administrativo, básico, ferramentas e utensílios, para dotar os serviços das condições necessárias;
- Artigos e objetos de valor;
- Combustíveis;
- Encargos de instalações – energia elétrica.

Por fim há ainda a registar a reparação de máquinas.

1.1.1.2 – INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Continuou-se com a aquisição de computadores e outro equipamento de informática para os diversos serviços municipais, para substituição daqueles que se encontrem obsoletos.

1.1.1.3 – MATERIAL DE TRANSPORTE

Nesta função, destacamos a reparação de máquinas e viaturas existentes, fora das oficinas municipais.

Foram também adquiridas durante o ano de 2017, duas viaturas ligeiras e um furgão de mercadorias.



1.1.1.4 – UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO/SOC. E QUASE SOC.NAO FINANC/PUBLICAS

Nesta função verificou-se a aquisição de unidades de participação no capital social do Fundo de Apoio Municipal.

2 – FUNÇÕES SOCIAIS

2.1 – EDUCAÇÃO

2.1.1 – ENSINO NÃO SUPERIOR

2.1.1.1 – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Nesta função foram efetuados trabalhos ao nível da beneficiação de Jardins de Infância.

Foram desenvolvidas ainda determinadas ações que, embora não levadas ao PPI, por se tratarem de despesas correntes, têm algum significado, a saber:

Implementação da Componente de Apoio à família:

- Fornecimento de refeições aos alunos de todos os Jardins de Infância do concelho;
- Implementação de pequenos-almoços e lanches em todos os Jardins de Infância do Concelho;
- Criação do serviço de acompanhamento das crianças durante a hora de almoço;
- Prolongamento de horário no Jardim de Infância de Vinhais, Rebordelo;
- Acompanhamento do pessoal não docente que se encontra colocado nos Jardins de Infância.



2.1.1.2 – ENSINO BÁSICO

Nesta função, encontra-se a decorrer a obra de construção de pavilhão e remodelação do edifício escolar em Rebordelo.

Nesta função destacamos também:

- Implementação do serviço de refeições em todas as escolas do 1.º Ciclo;
- Implementação do fornecimento de pequenos-almoços e lanches nas escolas do 1.º Ciclo;
- Levou-se a efeito um concurso público para adjudicação dos transportes escolares, para o ano letivo 2017/2018;
- Atribuição de manuais escolares de inglês e cadernos de atividades a todos os alunos do 1.ºCiclo;
- Atribuição de transporte a todos os alunos do 1.º Ciclo;
- Acompanhamento/supervisão do Acordo de Cooperação estabelecido entre o Município de Vinhais e o Agrupamento de Escolas de Vinhais;
- Implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas do 1.º Ciclo (recrutamento de professores para a área de expressão físico-motora);
- Gestão dos equipamentos e do material de apoio educativo das escolas do 1.º ciclo e Jardins de Infância (aquecimento, mobiliário, espaços físicos e material didático).

Carta Educativa

Elaboração de documentos de justificação para a continuidade do funcionamento das escolas de Ervedosa, Penhas Juntas e Vilar de Lomba.



Atividades Lúdico – Pedagógicas

- ✓ Colaboração para realização de Peças de Teatro para a comunidade escolar.

Festas Escolares Anuais e Animação Sócio - Educativa

- ✓ Festa de Natal;
- ✓ Colaboração na comemoração do dia mundial do ambiente;
- ✓ Comemoração do dia mundial da criança;
- ✓ Apoio logístico a todas as atividades realizadas no âmbito do plano de atividades dos Jardins de Infância e 1º CEB;
- ✓ Apoio logístico para a realização do dia do Agrupamento de Escolas;

Outras Atividades:

- ✓ Levantamento de todas as despesas do Município de Vinhais com a Educação (componente de apoio à família, fornecimento de refeições, transportes escolares, atividades de enriquecimento curricular);
- ✓ Visita às cantinas e refeitórios escolares com o objetivo de garantir o cumprimento das normas de higiene e segurança alimentar, no âmbito do fornecimento de refeições escolares.
- ✓ Implementação do sistema de controlo de pragas e desinfestação das Escolas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância do concelho de Vinhais.
- ✓ Mediação na resolução de problemas relacionados com a manutenção do parque escolar do 1.º Ciclo e Jardins-de-infância, tais como, problemas elétricos, informáticos, canalizações, aquecimento, entre outros.
- ✓ Requisição e distribuição de passes escolares;
- ✓ Organização da distribuição do leite escolar;
- ✓ Candidatura e gestão do Programa OTL;
- ✓ Requisição e elaboração do Cartão Jovem Municipal;
- ✓ Organização e transportes para as saídas dos alunos.



2.1.2 – SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO

2.1.2.1 – ACÇÃO SOCIAL – ENSINO PRÉ-ESCOLAR

Nesta função foram realizadas obras de beneficiação dos Parques Infantis.

Destacamos ainda no setor da ação social, as atividades levadas a efeito nos campos de:

- Rendimento Social de Inserção
 - Representação da Autarquia no Núcleo Local de Inserção.
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens:
 - Presidente da Comissão.
 - Apoio logístico ao funcionamento da Comissão.
 - Gestora de seis processos de promoção e proteção de crianças e jovens.
- Atendimento e encaminhamento cerca de 80 famílias.
- Organização do XI Encontro de Gerações.
- Regulamento de Apoio aos Estratos Sociais mais Desfavorecidos:
 - Elaboração de sete informações sociais para apoio habitacional.
- Coordenação do Programa Ocupacional de Verão
 - Atividades desportivas no período da manhã nas piscinas;
 - Ateliers, música, leitura, jogos, computadores, no período da tarde no Centro Cultural e Parque Biológico;
 - Colónia de Férias na Pousada da Juventude de Alfeizerão- São Martinho do Porto.



2.4 – HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS

2.4.1 – HABITAÇÃO

Nesta função destacamos:

- O apoio à habitação a famílias carenciadas através do Regulamento de Apoios Sociais;

2.4.2 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

2.4.2.1 – PLANEAMENTO URBANÍSTICO

Nesta função salientamos a elaboração de estudos e projetos.

2.4.3 – SANEAMENTO

2.4.3.1 – REDE DE ESGOTOS

Nesta função continuamos a investir nas seguintes infraestruturas:

- Construção de fossas sépticas;
- Ampliação e beneficiação da rede de saneamento no Concelho;
- Conservação de ETARS;
- Construção de saneamento e de fossa séptica em Mós de Celas;
- Construção de saneamento em Lagarelhos;
- Construção de saneamento em Alvaredos
- Construção de saneamento Seixas;
- Construção de saneamento em Soutilha;

Elaboração de projetos, pelos técnicos municipais, de redes de saneamento em diversas localidades.

Destacamos ainda a transferência para os Resíduos do Nordeste, embora seja uma despesa corrente, foi levada ao P.P.I dada a sua relevância.



2.4.4. – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Nesta função, para além do reforço do abastecimento de água a diversas povoações e a beneficiação, remodelação e ampliação da rede de águas do concelho, destacamos ainda as seguintes obras:

- Remodelação e ampliação da rede de águas do concelho;
- Reparação de reservatórios;
- Aquisição de contadores de água;
- Abertura de furos artesianos;
- Remodelação da rede de água a Seixas;
- Construção da rede de águas e de reservatório em Penso;
- Construção de reservatório em Nuzedo de Baixo;
- Construção de reservatório de águas em Salgueiros;
- Construção de reservatório de águas em Vilar Seco;
- Rede de água em Lagarelhos;
- Construção de reservatório em Brito de Lomba;
- Abastecimento de água e construção do reservatório em Zido;

Salientamos ainda, embora sejam despesas correntes, o controlo de água no Concelho e Exploração da ETA de Vinhais, desinfeção e exploração de ETARS e a aquisição de água para venda.

2.4.6 – PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

2.4.6.1 – HIGIENE PÚBLICA

Destaca-se:

- Remodelação de sanitários públicos;



2.4.6.2 – CEMITÉRIOS

Nesta função destacamos:

- Ampliação do cemitério de Curopos;
- Ampliação do cemitério de Nuzedo de Baixo;

Verificara-se ainda as seguintes atividades:

- Em colaboração com as freguesias, procedeu-se à beneficiação e reparação de diversos cemitérios.

2.4.6.4 – PLANEAMENTO FLORESTAL

Nesta função destacamos:

- Criação de espaços verdes e parques florestais;
- Ampliação e beneficiação do Parque Biológico;
- Núcleo do lobo ibérico do Parque Biológico;
- Parque Verde/Artes e Ofícios;
- A realização da 12.^a Feira da Castanha;
- Sessões de esclarecimento no sentido de dar a conhecer as melhores valências deste Concelho na área de desenvolvimento rural.

2.5 – SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS

2.5.1 – CULTURA

Nestes objetivos salientamos:

- Conclusão da recuperação e Readaptação do Solar do Conde de Sarmento para Centro Interpretativo do Porco e do Fumeiro;



Atividades desenvolvidas no Centro Cultural:

Ao longo do ano de 2017 decorreram no Centro Cultural Solar dos Condes de Vinhais diversas atividades culturais desde exposições temáticas, de pintura, apresentação de livros, palestras, conferências de imprensa, sessões de esclarecimentos, feira do livro entre outras ações.

O Teatro Municipal tem tido uma programação regular com espetáculos diversificados, que englobam teatro, música, dança, magia entre outros e abrangem vários públicos e a várias faixas etárias.

O equipamento dispõe, ainda, de um espaço Internet, que funcionou permanentemente com utilização dos computadores e acesso à Internet gratuitos para todos os utilizadores, bem como de uma Biblioteca distribuída por três espaços.

Nesta função foram desenvolvidas várias ações que, embora não levadas ao Plano Plurianual de Investimentos, por se tratarem de despesas correntes, tem algum significado aqui a saber:

Colaboração na organização dos seguintes eventos:

- ✓ Comemorações do Feriado Municipal;
- ✓ Encontro de Gerações;
- ✓ Feira da Castanha;
- ✓ Feira do Fumeiro;
- ✓ Mil diabos à solta;
- ✓ Realização de peças de teatro para a comunidade escolar;
- ✓ Colaboração na Festa de Natal para a comunidade escolar.



2.5.2 – DESPORTO, RECREIO E LAZER

Destacamos nesta função:

- Beneficiação do complexo das piscinas;
- Beneficiação do Estádio Municipal II Fase;
- Praia Fluvial em Nuzedo de Baixo/Ervedosa.

Salientamos ainda neste setor, os percursos pedestres, a 14.^a Tour da Castanha, Comemorações do Feriado Municipal, Passeio Todo o Terreno da XXIV rota do fumeiro, férias desportivas na Páscoa, Encontro Motard – Vinhais Capital do Fumeiro, Jogos de Verão e Jogos Tradicionais.

3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS

3.1 – AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA

3.1.1 – PROTECÇÃO CIVIL – BOMBEIROS

Nesta função salientamos as atividades mais relevantes:

- ✓ Controlo, verificação e acompanhamento de manutenção de extintores Portáteis em todos os espaços propriedade da Câmara Municipal;
- ✓ Controlo e verificação de todos os dispositivos de segurança contra incêndios, Boca-de-incêndio, nos edifícios da Câmara Municipal.
- ✓ Participação / colaboração com os serviços de fiscalização deste município em pareceres técnicos sobre situações de segurança Contra Incêndios, em edificações, espaços públicos e privados que apresentem riscos para pessoas e bens;
- ✓ Foram acompanhadas situações de incêndios em ambiente urbano, em habitações no concelho; Tratados os casos de acordo com a necessidade e acompanhados os casos de desalojados para as entidades competentes;



- ✓ Participação em reuniões mensais com o Comando Distrital de Operações de Socorro de Bragança;
- ✓ Participação e colaboração na Semana Distrital da Proteção Civil, que culminou com um Simulacro realizado em Vinhais, com a intervenção dos vários agentes de Proteção Civil do Município;
- ✓ Participação nas ações de formação de Técnicos dos Municípios para a melhoria na execução da Rede Primária de Defesa da Floresta Contra Incêndios de acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios de Vinhais;
- ✓ Presença imediata em todos os incidentes com intervenção direta dos meios da Câmara Municipal, independentemente do horário e ou dia da semana;
- ✓ Continuação no trabalho de elaboração de Medidas de Autoproteção nas IPSS do Concelho de Vinhais em colaboração com as respetivas Instituições; Concluída e aprovada a referente ao Centro Social e Paroquial da Ervedosa;
- ✓ Continuação no trabalho de elaboração de Medidas de Autoproteção nos edifícios do Município;
- ✓ Intervenção em situações de queda de neve e acumulação de gelo;
- ✓ Elaboração de informações técnicas e pareceres, sobre o uso do fogo e de pedidos de realização de queimas e queimadas;
- ✓ Organização e aplicação ao nível do Município da Campanha Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, com divulgação Sitio Web da Câmara Municipal, elaboração de descartáveis, elaboração de cartazes, divulgação porta a porta e com cada Sr. Presidente de Junta de Freguesia, acompanhando com Ações de Sensibilização realizadas nas aldeias do concelho;
- ✓ Acompanhamento das Juntas de Freguesia ao nível da intervenção no combate a incêndios florestais em especial com aquelas que possuem de Kits de Primeira Intervenção para Combate a Incêndios Florestais; Participaram em cerca de 60% das ocorrências de incêndios as Juntas de

125



Freguesia de Vilar Seco, União de Freguesias de Vilar de Lomba e S. Jumil, União de Freguesias de Travanca e Santa Cruz e JF Edral, as restantes em menor percentagem mas não menos importante;

- ✓ Realização de queimadas controladas a pedido de populares;
- ✓ Colaboração na atualização do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Município, em fase final de revisão;
- ✓ Participação no projeto PIAAC (Plano Intermunicipal de Adaptação as Alterações Climáticas, em parceria com a Associação de Municípios da Terra Fria, com execução de WorkShops e reuniões municipais e intermunicipais.
- ✓ Colaboração, verificação e fiscalização de medidas de prevenção da Defesa da Floresta, em especial o levantamento no terreno dos pontos de água para combate a incêndios e da limpeza de caminhos ou acessos e áreas florestais, em colaboração com a GNR / SEPNA e GIPS.

3.1.2 – CAMINHOS RURAIS E AGRÍCOLAS

Nesta função destacamos a beneficiação de caminhos rurais e agrícolas realizadas em todo o concelho.

3.1.3 – CAÇA E PESCA

Nesta função salientamos:

- Organização administrativa e técnica das Concessões de Pesca e Zonas de Caça Municipal sob responsabilidade do Município;
- Apoio a várias Associações de Caça e Pesca do Concelho;
- Realização e apoio de montarias.



3.2 – INDUSTRIA E ENERGIA

3.2.1 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Salientamos:

- Em parceria com a EDP, realizaram-se trabalhos de beneficiação e ampliação da rede pública de eletricidade, por todo o concelho.
- Iluminação pública – (embora seja uma despesa corrente, foi levada ao P.P.I. tendo em atenção a sua relevância).

3.2.2 – INDUSTRIA

Atividades levadas a efeito pelo GATDEL:

O Gabinete de Assessoria Técnica Desenvolvimento Económico e Local do Município de Vinhais, tem como principal objetivo fomentar e estimular as relações do Município com os agentes económicos, agir enquanto agente facilitador e simplificador da atividade económica, promover o desenvolvimento rural e a promoção dos produtos locais.

Com vista à sua persecução, durante o ano de 2017, foram desenvolvidas várias atividades, nomeadamente:

- Inventariação e divulgação de oportunidades de financiamento e de investimentos com impacto estratégico, apoiando a realização de candidaturas a fundos comunitários, em articulação com os demais serviços municipais;
- Coordenação de projetos relativos a candidaturas do Município a fundos comunitários;
- Organização de seminários e ações de sensibilização, em conjunto com várias entidades, destinadas à valorização e promoção de atividades



económicas locais bem como de investimentos de impacto estratégico para o desenvolvimento do concelho e da região;

- Apoio a agentes económicos sobre as potencialidades e oportunidades de investimento existentes no concelho;
- Acompanhamento, junto dos serviços municipais, dos procedimentos ligados à implementação de atividades económicas;
- Apoio à elaboração de vários estudos e diagnósticos desenvolvidos pela AMTFNT e pela CIM-TTM;

3.3 – TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3.3.1 – TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

3.3.1.1 – URBANIZAÇÃO

Nesta função investiu-se em:

- Arruamentos em Vinhais incluindo passeios;
- Beneficiação e conservação de arruamentos;
- Arruamentos em Santa Cruz;
- Arruamentos em Soutelo;
- Arruamentos em Alvaredos;
- Arruamentos em Celas;
- Arruamentos em Mós de Celas;
- Arruamentos em Ervedosa;
- Arruamentos em Espinhoso;
- Arruamentos em Rebordelo;
- Arruamentos em Cabeça de Igreja;
- Arruamentos em Agrochão;
- Arruamentos em Edral.



3.3.1.2 – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

Nesta função destacamos os investimentos mais significativos:

- Beneficiação e conservação da rede viária municipal;
- Construção e conservação de pontes e pontões;
- Beneficiação de caminho municipal de Sandim a Sigirei;
- Estrada municipal 515 de Vilar de Peregrinos à EN;
- Caminho 1016 de Vinhais a Armoniz;
- Estrada Municipal do cruzamento de Fresulfe a Soeira;
- Circular Interna de Vinhais;
- Caminho municipal 1014 do Bairro do Carvalhal a Moás;
- Estrada Municipal de Tuizelo ao cruzamento da EN103-6.

3.3.1.3 – TRANSPORTES

Não se verificaram atividades relevantes nesta função.

3.3.1.4 – ESTACIONAMENTO

Nesta função não foram registadas atividades durante o ano de 2017.

3.4 – COMÉRCIO E TURISMO

3.4.1 – MERCADOS E FEIRAS

Nesta função destacam-se as seguintes atividades:

- ✓ Beneficiação do pavilhão multiusos e espaços exteriores;
- ✓ Realização da XXXVII Feira do Fumeiro em Vinhais;
- ✓ Participação na exposição do fumeiro de Vinhais em Oeiras em parceria com a Câmara Municipal de Oeiras;



- ✓ Feira Franca da Moimenta e dos Produtos Regionais em Ervedosa em parceria com as respetivas Juntas de Freguesia, bem como a realização de um espetáculo tauromáquico em Vinhais em parceria com a Empresa Municipal ProRuris.

3.4.2 – TURISMO

Em parceria com as Juntas de Freguesia e comissões fabriqueiras levaram-se a efeito a:

- Reparação de igrejas, santuários, capelas e nichos;
- Beneficiação de fontes;
- Sinalética e serviços de toponímia.

Salientamos ainda o desenvolvimento de várias atividades, nomeadamente:

- Apoio na programação e desenvolvimento de ações tendentes à promoção e desenvolvimento do turismo no concelho;
- Apoio à promoção, integração e dinamização de parcerias com objetivos relacionados com o desenvolvimento turístico do concelho e da região para o aproveitamento das potencialidades turísticas, patrimoniais e culturais;
- Participação na definição de conteúdos da informação turística para disponibilização ao exterior e para outros serviços do Município.

Neste setor tiveram ainda realce outros eventos tais como:

- Divulgação e promoção do concelho através de livros, postais e guiões;
- Festas da Vila;
- Festa da Castanha;
- Feira do Fumeiro;
- Mil Diabos à Solta;
- Comemorações do Feriado Municipal;
- Encontro de Gerações.



6 – CONTABILIDADE DE CUSTOS

O Sistema de Contabilidade de Custos foi implementado ao longo do ano de 2017, justificando assim a necessidade de aperfeiçoamento dos seus registos, bem como um trabalho de consolidação das práticas.

1. - ENQUADRAMENTO E MODELO CONCEPTUAL ADOTADO

Decorrente da obrigatoriedade imposta pelo do n.º 2.8.3.1 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro na sua atual redação, foi implementado o Sistema de Contabilidade Analítica para o apuramento dos custos das funções e dos custos.

Nesse sentido o Município de Vinhais levou a cabo um conjunto de procedimentos com vista à implementação do Sistema de Contabilidade de Custos.

Para a correta implementação do Sistema de Contabilidade de Custos tornou-se necessário a integração da informação dos sistemas aplicativos MEDIDATA, relacionando os dados produzidos nas seguintes aplicações:

- POCAL/CTA – Sistema Integrado de Gestão Autárquica;
- OBM – Gestão de Obras Municipais e Atividades;
- MAQ – Gestão de Máquinas;
- ARM – Aprovisionamento: Gestão de Stocks e Aprovisionamento;
- PAT – Património: Gestão de Imobilizado;
- PES – Gestão de Pessoal.



Assim, o controlo dos custos dos centros de custo (Conta da analítica) é realizado através das aplicações informáticas:

- i. Gestão de Obras Municipais e Atividades (OBM), no que se refere aos custos com a utilização de mão-de-obra, materiais não armazenáveis e aquisições de serviços, relativos a Obras e Atividades Municipais;
- ii. Gestão de Máquinas (MAQ), no que diz respeito aos custos com a utilização de mão-de-obra, máquinas e viaturas, materiais não armazenáveis e aquisições de serviços, relativos a Máquinas/Viaturas;
- iii. Gestão de Stocks e Aprovisionamento (ARM), no que diz respeito aos custos com o consumo de materiais de armazém.
- iv. Sistema de Contabilidade Autárquica (POCAL) no que respeita a movimentos de custos não suportados por nota de encomenda.

A Implementação do Sistema de Contabilidade de Custos foi realizada por fases, sendo iniciada pela Divisão de Educação e Desenvolvimento Social e Cultural (DEDSC). De realçar que este processo uma vez que só foi iniciado em maio de 2017 não nos permite apurar os custos do período em análise com exatidão.